

POLÍTIcas educacionais e escola pública:

**Questões globais e desafios para
as redes de ensino locais**



**Susana Schneid Scherer
(Organizadora)**

Atena
Editora

Ano 2021

POLÍTICAS educacionais e escola pública:

Questões globais e desafios para
as redes de ensino locais



Susana Schneid Scherer
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

iStock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Políticas educacionais e escola pública: questões globais e desafios para as redes de ensino locais

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Maiara Ferreira
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizadora: Susana Schneid Scherer

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P769 Políticas educacionais e escola pública: questões globais e desafios para as redes de ensino locais / Organizadora Susana Schneid Scherer. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-228-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.286211607>

1. Escola pública. 2. Professor. 3. Aluno. I. Scherer, Susana Schneid (Organizadora). II. Título.

CDD 371.01

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A coletânea *As políticas educacionais e escola pública: questões globais e desafios para as redes de ensino locais* é uma obra que tem o objetivo principal de discutir trabalhos no escopo das políticas educacionais e da escola pública, relacionando questões globais e sociais desafiando as escolas, professores e alunos que vivem a realidade educativa.

A obra visa mostrar as relações entre circunstâncias sociais e os programas educacionais, as práticas pedagógicas, as formas escolares como currículo, conteúdos, modelos educacionais e de professores em cena.

De tal maneira, os trabalhos que ora seguem apresentam em sua particularidade visões, reflexões e diferentes análises sobre a escola pública brasileira. São debatidos conceitos e a materialização da ideia de democracia no país, bem como a expressão na educação nacional das políticas públicas, enquanto atividade do Estado. É expressa a preocupação com os resultados educacionais e de indicadores de desempenhos e de atores privados e empresariais, e de fora da área educacional, presentes na educação brasileira.

Outros estudos apresentam um olhar para outras práticas pedagógicas, currículos, programas de formação docente, e ações que tem como cerne a realidade escolar, evidenciando preocupações com uma formação ampliada, crítica e que tenha o desenvolvimento estudantil. É analisado o importante papel de atividades e conteúdos tais que música, jogos, interdisciplinaridade, debates reflexivos sobre justiça e questões sociais mais amplas na formação escolar.

Assim sendo, reconhece-se que os estudos que compõem essa obra compartilham de um mesmo compromisso que é o de pensar as políticas educacionais nacionais e refletir sobre seu papel no que tange a construção de uma escola pública de qualidade social, referenciada pelos interesses e motivações populares. São valiosas e imprescindíveis leituras e reflexões a serem consideradas por pesquisadores e pessoas que buscam pensar a educação brasileira.

Susana Schneid Scherer

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Jerry Wendell Rocha Salazar

Nelcir Francisca da Silva

Luiz Carlos Rodrigues da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2862116071>

CAPÍTULO 2..... 12

POLÍTICAS PÚBLICAS: EVOLUÇÃO E IMPACTO NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Sami Eduardo José Schinasi

Ana Claudia Carelle

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2862116072>

CAPÍTULO 3..... 21

COLÉGIO ESTADUAL WALDEMIRO PITTA: RESULTADOS EDUCACIONAIS ENTRE OS ANOS 2009 E 2012

Tamara Cecília Rangel Gomes

Ethmar Vieira de Andrade Filho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2862116073>

CAPÍTULO 4..... 32

INSTITUTO AYRTON SENNA E O PROGRAMA EDUCACIONAL PAULISTA INOVA (2020): REFORMA EMPRESARIAL

Rodrigo Pereira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2862116074>

CAPÍTULO 5..... 44

O CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFPA/CINTINS DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ-PA: O VER E O SENTIR O CURRÍCULO E A VIDA NOS PROCESSOS FORMATIVOS

Edilena Maria Corrêa

Joelma de Jesus Dias Leão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2862116075>

CAPÍTULO 6..... 53

A INFLUÊNCIA DA MUSICALIZAÇÃO NA FORMAÇÃO DAS CRIANÇAS EM UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES

Jocileia Monteiro

Désirée Gonçalves Raggi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2862116076>

CAPÍTULO 7	66
CONTRIBUIÇÕES DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: UMA REVISÃO NARRATIVA	
Dalvina Costa Fontana	
Delcenir Porto Costalonga	
Alicia Real Tuão	
Luzinete de Freitas Cândido Kaiser	
Débora de Freitas Feliciano	
Edmar Reis Thiengo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2862116077	
CAPÍTULO 8	79
JULGAMENTO MORAL DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO NA SOLUÇÃO DE DILEMAS DE UM PROCESSO AVALIATIVO	
Anderson Arthur Rabello	
Fátima de Cássia Oliveira Gomes	
Paula de Souza Birchal	
Ronaldo Luiz Nagem	
Mariana de Lourdes Almeida Vieira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2862116078	
CAPÍTULO 9	87
REFLEXOS DO PIBID NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM HUMAITÁ-AM	
Renne Garcia Paiva	
Ana Verônica Silva do Nascimento	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2862116079	
CAPÍTULO 10	93
O PIBID NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL: UM ESTUDO DE CASO	
Maria de Fátima Mendes Paixão	
Suzana Modesto de Oliveira Brito	
Heiddy Marques Alvarez	
Iranéia Ferreira Leite	
Kleber Villas Boas Fernandes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.28621160710	
CAPÍTULO 11	106
AS MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO COLÉGIO ESTADUAL GOVERNADOR ROBERTO SANTOS EM SALVADOR (BA)	
Tatiane Cardoso Pereira	
Maria Leolina Pereira dos Santos	
Adriana Freire Pereira Férriz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.28621160711	
SOBRE A ORGANIZADORA	119
ÍNDICE REMISSIVO	120

POLÍTICAS PÚBLICAS: EVOLUÇÃO E IMPACTO NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Data de aceite: 01/07/2021

Sami Eduardo José Schinasi

<http://lattes.cnpq.br/4118717693105061>

Ana Claudia Carelle

<http://lattes.cnpq.br/8853578072937536>

RESUMO: Este trabalho apresenta resultados obtidos pela exploração da legislação educacional, observando sua evolução e seus impactos através de mudanças de políticas públicas. O interesse desta pesquisa é evidenciar de forma qualitativa os resultados obtidos que de certa forma demonstra que a mudança de governo descaracteriza programas educacionais vigentes e apresentam outros planos para a área da educação. Pretende-se demonstrar as mudanças na legislação para evidenciar que as políticas públicas na educação apresentam mudanças ao longo do tempo e demonstram uma ineficácia pelos gestores públicos na área da educação. A metodologia constituiu-se de pesquisa qualitativa, bibliográfica e análise documental.

PALAVRAS - CHAVE: Políticas Públicas. Educação. Alfabetização.

ABSTRACT: This paper presents results obtained by the exploration of educational legislation, observing its evolution and its impacts through changes in public policies. The interest of this research is to show qualitatively the results obtained that in a way demonstrates

that the change of government mischaracterizes current educational programs and presents other plans for the area of education. It is intended to demonstrate the changes in legislation to show that public policies in education present changes over time and demonstrate an ineffectiveness by public managers in the area of education. The methodology consisted of qualitative research, bibliographic and documentary analysis.

KEYWORDS: Public Policy. Education. Literacy.

1 | INTRODUÇÃO

Podem-se definir políticas públicas com atitudes tomadas pelo Estado com o principal objetivo de atender diversos setores da sociedade civil, sendo que para que sejam consideradas políticas públicas devem ser realizadas juntamente com a sociedade através de debate público, a fim de validar o processo.

Sendo assim faz se necessário a implementação de políticas públicas quando houver uma demanda de necessidades na sociedade, sendo esse um processo bastante antigo em nossa sociedade. Os jesuítas realizaram as formas iniciais de educação no Brasil para os povos que habitavam o Brasil colonial, ou seja, os indígenas e os negros trazidos da África, para o trabalho escravo em nosso país, tendo como principal objetivo a catequese a fim de convertê-los ao catolicismo.

Com a Primeira República (1889-1930), ocorreram mobilizações em prol da necessidade

de ações voltadas para educação, sendo intensificado em 1891 com a exclusão de analfabetos ao direito de votos, com o surgimento de manifestações em defesa da ampliação da cidadania e da alfabetização.

O número de “nossas escolas primárias e secundárias é ainda mínimo, em relação com o que há de crianças em idade escolar, em todo o Brasil”, reconheciam médicos e educadores, presentes ao V Congresso Brasileiro de Higiene, reunido em Recife, no ano de 1929. (ANNAES, p.59).

Em 1934, houve a introdução do ensino primário gratuito integral com frequência obrigatória. Nos anos seguintes surgiram campanhas como: educação de adultos e adolescentes; nacional de educação rural; nacional de erradicação do analfabetismo; mobilização nacional contra analfabetismo e comissões de cultura popular; cruzada ABC e o movimento brasileiro de alfabetização (MOBRAL) todas entre os anos de 1947 a 1964.

Em 1960, políticas de Educação emergiram de movimentos sociais influenciados pelas ideias de Paulo Freire. A visão de integração, alicerçada na convicção de um homem universal ideal, cede lugar para a visão de que a realidade social é produto das diversidades regionais e culturais.

Após o golpe de 1964, houve a violenta repreensão de movimentos de alfabetização e de educação popular, sendo estabelecido pelos governos militares uma fundação denominada: Movimento de Alfabetização (MOBRAL), criado pela Lei 5.379/67, com o intuito do governo ter o domínio da educação em suas mãos retirando-os dos setores progressistas.

Durante o período da ditadura militar ocorreu um analfabetismo funcional, com as políticas educacionais durante esse governo, evidenciando um fracasso escolar na educação básica.

A Constituição de 1988 foi um avanço para a educação, com a obrigatoriedade de ensino fundamental gratuito até para os que não tiveram a oportunidade do acesso em idade apropriada.

Em 1989 surgiu o MOVA – Movimentos de alfabetização de Jovens e Adultos, tendo uma proposta educativa voltada para o resgate do ideal de Paulo Freire, pois ocorreu um fracasso no ensino ofertado pela ditadura militar, sendo extinguido os exames supletivos e o ensino na modalidade MOBRAL.

Em 1996 foi estabelecida a Lei de diretrizes e bases da educação nacional, trazendo um grande avanço e norteando significativamente a educação em nosso país.

Segundo a lei nº 9.394 (Brasil, 1996), a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, ser preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A LDB afirma ainda que o dever do Estado com educação escolar será efetivado mediante a garantia da educação básica obrigatória e gratuita, na forma de pré escola,

ensino fundamental, ensino médio, ainda garantir o atendimento educacional gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação.

Em 1997, o governo criou o PAS – Programa Nacional de Alfabetização Solidária.

Em 2003, o Ministério da educação divulgou que seria meta do governo a erradicação do analfabetismo, sendo criada a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, com o programa Brasil alfabetizado, com ações voltadas na alfabetização de jovens e adultos e na formação de alfabetizadores.

O Programa Nacional de integração da educação profissional com a educação básica surgiu em meio a uma grande crise de desemprego em nosso país, por meio do Decreto nº 5478/2005, sendo substituído pelo decreto nº 5840/2006, com o intuito de oferecer cursos de educação profissional integrada com o ensino médio na modalidade de jovens e adultos.

2 | DESENVOLVIMENTO

As tendências no campo da formação do professor nos levam a olhar o estado atual das relações políticas no mundo e, mesmo com as dificuldades de se fazer projeções no quadro nacional que estamos vivendo, perceber a luta pela reconquista da hegemonia econômica pelos Estados Unidos e seus aliados – nos quais o Brasil se inclui – afeta “vários níveis de organização social, pois repercute no desenvolvimento tecnológico, na composição da classe trabalhadora, no papel do estado e, também na organização da Educação nacional – incluída aí a formação do educador” (FREITAS, 1991, p.8).

Em 1964, com o regime militar no poder após o golpe que foi aplicado ocorreu uma transformação educacional favoráveis ao ensino tecnicista que atendiam o crescimento da indústria, este fato é evidenciado por Veiga (1989):

O modelo político econômico tinha como característica fundamental um projeto desenvolvimentista que busca acelerar o crescimento sócio-econômico do país. A educação desempenhava importante papel na preparação adequada de recursos humanos necessários à incrementação do crescimento econômico e tecnológico da sociedade de acordo com a concepção economicista de educação (VEIGA, 1989, p.34).

O modelo tecnicista é evidenciado segundo Fonseca (2015) sendo um sistema de educação de racionalismo, enfocando eficiência e organização. O docente, visto como técnico, e orientado por outros técnicos, baseados em informações objetivas e de nível técnico.

Os professores seguiam uma forma de ensino imposta pelo regime com o uso de livros didáticos e os docentes tinham pouca formação. Este fato se confirma segundo Zanet (2016):

Eram abordados, também, conteúdos que “aprimoravam o caráter do aluno por meio de apoio moral e dedicação tanto à família quanto à comunidade”. Outra herança importante da ditadura civil-militar no Brasil é o recorrente uso

de livros didáticos que serviam a um duplo propósito: uniformizar o discurso dos professores na sala de aula, evitando que saíssem do discurso imposto pelo regime militar e servir como guia para os professores que foram levados à sala de aula com pouca formação. (VELOSO, BRESOLIN; v. 8 n. 14 -2014)

A criação do MOBREAL em 1970 em seu currículo escolar foi feito de maneira que reduziu conteúdos e não ocorreu debates ou participação popular. Esse fato se confirma:

Em 1970 foi implantado pelo Mobral o Programa de Alfabetização e também o Programa de Educação Integrada (PEI), sendo um curso que hoje corresponde ao período do 1º ao 4º ano do ensino fundamental, mas com um currículo mais reduzido. Essas medidas de ações e programas não tinham uma participação popular e nem debates com educadores a fim de manter a participação popular nas decisões.

No Brasil sempre houve lutas entre partidos políticos, sendo difícil o consenso sobre a educação, principalmente no ponto de vista financeiro, pois existe um jogo de empurra entre o nível federal, estadual e municipal.

Na década de 80, houve a participação da sociedade com envio de propostas para entidades nacionais, seminários, conferências, congressos para a discussão da nova lei de diretrizes e bases da educação nacional.

O Fracasso escolar com uma qualidade de ensino inferior é evidenciado, pois o analfabetismo aumentou e esse fato se confirma segundo: Veloso e Bresolin (2014) “O Mobral teve seu fim no ano de 1985, o número de analfabetos no Brasil só crescia, eram cerca de 30 milhões; assim, o Mobral deu lugar à Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Educar)”.

Uma política nacional de Educação é mais abrangente do que a legislação proposta para organizar a área. Realizam-se também pelo planejamento educacional e financiamento de programas governamentais, em suas três esferas, bem como por uma série de ações não governamentais que se propagam, com informalidade, pelos meios de comunicação. Realiza-se, para além desses espaços, por meio de difusão de seu ideário pelas publicações oficiais e oficiosas. A reforma de 1990 também envolveu e comprometer intelectuais em comissões de especialistas, análises de parâmetros curriculares, elaboração de referenciais e pareceres... (SHIROMA et al., 2000, p.87).

Outro importante ponto a considerar é a PNE – Plano Nacional de educação que estabelece metas para os próximos dez anos, sendo sancionada, sem vetos, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, fez entrar em vigor o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 – o segundo PNE aprovado por lei.

A elaboração do PNE 2014-2024 foi assim constituída:

- a) Poder Executivo no plano federal
- b) Congresso Nacional
- c) O movimento Todos pela Educação, formado por empresários

d) Conselhos e fóruns de educação institucionais:

e) Fórum Nacional de Educação Inclusiva, Feneis, Todos pela Educação, Sociedade civil (gestores).

2.1 Análise crítica dos determinantes da estrutura e funcionamento da educação básica e das políticas educacionais do Brasil contemporâneo

Na atualidade existe uma mobilização do poder público para a modernização da educação a fim de melhorar a qualidade do ensino e proporcionar o aumento dos indicadores relacionados a educação.

Essas mudanças na LDB foram feitas através de debate públicos e contam conforme pesquisas com a aprovação da comunidade. As maiores partes dessas mudanças estão relacionadas ao Ensino Médio e também se apresentam nas metas do PNE. A seguir:

Metas da Lei nº 13.005/2014 (Lei do PNE):

Tema Meta

1 Educação infantil

universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE.

2 Ensino fundamental

universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de seis a quatorze anos e garantir que pelo menos noventa e cinco por cento dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

3 Ensino médio

universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por cento.

4 Educação especial

universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

5 Alfabetização das crianças

alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

6 Tempo integral

oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, cinquenta por cento

das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, vinte e cinco por cento dos(as) alunos(as) da educação básica.

Essas metas foram estabelecidas a fim de adequar o ensino às mudanças propostas na LDB, pela Lei nº 13.415, de 2017, a seguir:

§ 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do **caput** deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017.

§ 2º Os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de educação de jovens e adultos e de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, conforme o inciso VI do art. 4º.

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver

§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica.

§ 7º A integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais de que trata o caput.

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento

I - linguagens e suas tecnologias;

II - matemática e suas tecnologias;

III - ciências da natureza e suas tecnologias;

IV - ciências humanas e sociais aplicadas

§ 1º A parte diversificada dos currículos de que trata o caput do art. 26, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à Base Nacional Comum Curricular e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural

§ 2º A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia.

§ 3º O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas

§ 4º Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.

§ 5º A carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga

horária do ensino médio, de acordo com a definição dos sistemas de ensino.

§ 6º A União estabelecerá os padrões de desempenho esperados para o ensino médio, que serão referência nos processos nacionais de avaliação, a partir da Base Nacional Comum Curricular

§ 7º Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais

Com as metas do PNE apresentadas, demonstram que existe uma preocupação com a carga horária e com conteúdos que serão abordados.

3 | CONCLUSÃO

VALLE(1996) , afirma que não basta o texto da lei, há de se partir uma ação político social, a fim de sairmos da boas intenções para concretizarmos as ações e isso só acontecerá a partir da mobilização da sociedade civil como um todo.

De certa forma as políticas e metas existem, mas poucas são realmente implementadas e cumpridas em sua íntegra, para tanto se faz necessário a mobilização da sociedade para que haja o cumprimento na íntegra dessas políticas a fim de modificar o quadro atual da educação brasileira, muito aquém do mínimo esperado.

Outro ponto a ressaltar é o fato da descontinuidade dos programas estabelecidos pelos governos nas trocas de partidos, o que dificulta muito o prosseguimento das políticas públicas, causando a queda de qualidade do processo como um todo.

A troca de governos, tendo como exemplo o regime militar, fez com que o analfabetismo aumentasse e principalmente a qualidade do ensino na educação básica fosse prejudicada.

Através desta pesquisa podemos evidenciar que o regime militar na época da ditadura prejudicou a área de educação, comprovando que a educação do país só melhora se as políticas públicas forem favoráveis ao sistema de ensino de qualidade para todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marina Isabel Mateus de. **Regulamentação e políticas**. Curitiba: 2009. 140p.

BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125).

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 10 de ago. de 2020.

BRASIL. **Metas do Plano Nacional da Educação**. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/conheca-a-avaliacao-das-20-metas-do-plano-nacional-da-educacao/n1237877255719.html>. Acesso em: 10 de ago. de 2020.

BRASIL. Decreto nº 5478/2005 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm. Acesso em 10 de ago. de 2020.

BRASIL, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2011, **Plano Nacional de Educação – PNE**, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 10 de set. de 2020.

BRASIL, Lei nº 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017, **Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art1. Acesso em: 10 de set. de 2020.

BRASIL, decreto Nº 5.622, de 19 de Dezembro 2000. **Regulamenta o art. 8º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2001, **Plano Nacional de Educação – PNE**, Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 10 de ago. de 2020.

CORAZZA, Sandra M. **Planejamento de Ensino como Estratégia de Política Cultural**. In: MOREIRA, Antonio Flavio B. (org.). Currículo: Questões Atuais. Campinas, Papirus, 1997.

FONSECA, Bianca Trindade Da. **Reflexões Acerca da Educação Durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985)**. Disponível em: <https://monografias.brasilescola.uol.com.br/educacao/reflexoes-acerca-educacao-durante-ditadura-militar.htm>. Acesso em: 10 de out. de 2020.

HORTA, J.S.B. A Educação no congresso constituinte de 1966-1967. In: FÁVERO, O. (Org.). **A Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. Campinas: Autores Associados, 2001.

JOANILHO, André Luiz. **História, Política e Sociedade**. Curitiba: 2009. 212 p.

MACHADO, N.J. **Educação: Projetos e Valores**. São Paulo: Escrituras Editora, 1987.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **História da educação**. Curitiba: 2009. 100p.

MORAIS, M.C. **O Paradigma Educacional Emergente**. Campinas: Papirus, 1997.

_____. Problema de Saude Publica. In: Annaes do 5º Congresso Brasileiro de Hygiene. Vol. I. Rio de Janeiro: **Officinas Graphicas da Inspectoria de Demographia Sanitaria**, 1929, p. 59.

SHIROMA, Eneida Oto et al. **Política Educacional**. Rio de janeiro: DP&A, 2000.

VALLE, Bertha de Borja Reis do (coord.), et al. **Políticas Públicas em Educação**- Curitiba: 2009. 269p.

VELOSO, Carla Karoline; BRESOLIN, Fernanda. **Educação de Jovens e Adultos no Período Ditatorial e Pós Ditatorial no BRASIL: Uma Breve Análise dos Programas de alfabetização e Letramento**. Caderno Intersaberes - v. 8 n. 14 – 2019. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:nYU27p3k3_4J:https://www.uninter.com/cadernosuninter/index.php/intersaberes/article/download/940/938+&cd=9&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d. Acesso em 21 de out. de 2020.

ZINET, Caio. **Qual o legado da ditadura civil-militar na educação básica brasileira**. Pub., 31/03/2016. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/ditadura-legou-educacao-precarizada-privatizada-anti-democratica/>. Acesso em: 10 de out. de 2020.

SOBRE A ORGANIZADORA

SUSANA SCHNEID SCHERER - Possui graduação em Licenciatura Em Educação Física pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL, 2010). É especialista em Educação pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL, 2012). É Mestre em Educação Física pela UFPEL, 2014. É doutora em Educação pela UFPEL, 2020, período em que foi bolsista de doutorado pela CAPES. Realizou estágio doutoral, subsidiado pelo programa PDSE-CAPES, na Universidade do Minho, em Braga-Portugal, com a supervisão do Prof. Licínio Lima. Foi professora do magistério público estadual do Rio Grande do Sul entre 2013 e 2018, e professora pesquisadora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (CLEC-UFPEL) entre 2014 e 2015. Atualmente é professora orientadora de Trabalhos de Conclusão de Curso do Curso de Pós-Graduação Lato-Sensu em Ensino de Filosofia da UFPEL. É pesquisadora do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas Educacionais (NEPPE) da UFPEL, no qual realiza estudos, participa de eventos e publica e divulga trabalhos. Seu foco de estudos é na escola pública, trabalho docente, parcerias público-privadas e mercantilização da educação. Integra redes e associações da área como ANPAE, ANPED, REDESTRADO, ANFOPE, que se detêm a analisar e refletir sobre o campo e as reverberações na área.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Currículo 9, 10, 15, 19, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 89, 92, 96, 97, 99

D

Democracia 9, 1, 2, 3, 4, 5, 10, 11

Desempenho Escolar 38

Desenvolvimento Social 76

Dignidade Humana 79

E

Educação Infantil 10, 16, 53, 54, 55, 56, 58, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78

Educação Integral 34, 93, 95, 96, 97, 98, 104, 105

Ensino-Aprendizagem 26, 55, 56, 63, 71, 73, 77, 88, 89, 91

Ensino Fundamental 13, 14, 15, 16, 17, 34, 38, 97

Ensino Médio 11, 14, 16, 17, 18, 34, 38, 79, 80, 81, 85, 88, 89, 94, 95, 97, 98, 99, 102, 103, 105, 106, 107, 113, 114, 115

Escola 2, 9, 11, 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 16, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 34, 35, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 55, 65, 69, 74, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 85, 87, 88, 89, 93, 94, 95, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 113, 114, 115, 116, 117, 119

Escola de tempo integral 11, 93, 105

Escola Pública 2, 9, 4, 5, 9, 10, 42, 79, 82, 97, 119

Estado 9, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 21, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 40, 41, 42, 64, 71, 77, 88, 97, 109, 111, 112, 116, 117

Estágio 87, 94, 115, 119

F

Formação de professores 11, 87

G

Gestão Democrática 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 23, 30

Gestão Escolar 10, 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 22, 24, 26, 30, 101

J

Jogos e brincadeiras 10, 66, 68, 74, 75, 76, 77

L

Legislação educacional 10, 12

P

Papel do professor 46, 74

Parâmetros do mercado 32

Política Pública 97

Políticas Educacionais 2, 9, 7, 13, 16, 37

Práticas Educacionais 99

Práticas Pedagógicas 9, 10, 32, 53, 55, 62, 94

Q

Questões Sociais 9, 34

R

Reforma empresarial 10, 32, 34, 39, 40, 42

Resultados Educacionais 9, 10, 6, 21, 24, 26, 28, 29

POLÍTICAS educacionais e escola pública:

**Questões globais e desafios para
as redes de ensino locais**



- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2021

POLÍTICAS educacionais e escola pública:

**Questões globais e desafios para
as redes de ensino locais**



- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2021